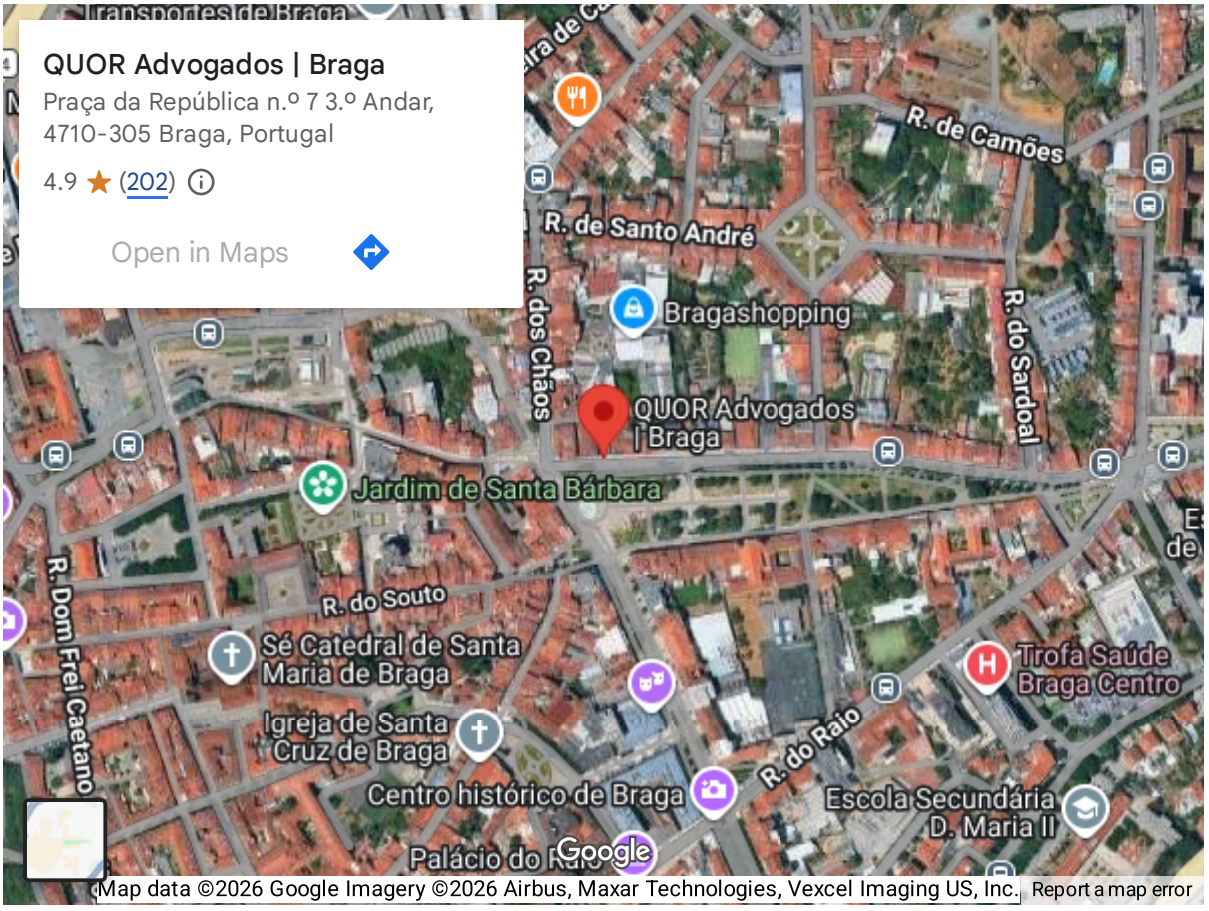
Chamado à Polícia Judiciária de Braga: como preparar-se com um advogado criminal Ser chamado ao Departamento de Investigação Criminal de Braga da Polícia Judiciária tem um peso diferente de uma notificação comum. A PJ investiga, em regra, crimes mais complexos, como burlas de valor elevado, crimes informáticos ou tráfico, e uma convocatória deste tipo merece preparação. A primeira recomendação de um advogado criminal é simples: não ir sozinho sem antes perceber em que qualidade se é ouvido e o que está em causa. A convocatória pode destinar-se a recolher o depoimento de uma testemunha, a ouvir um ofendido ou a interrogar um suspeito. Se a pessoa já foi ou vai ser constituída arguida, tem direito a ser assistida por defensor, a ser informada dos factos e a não responder sobre eles. Na prática, muitas pessoas chegam convencidas de que vão apenas prestar um esclarecimento e saem com o estatuto de arguido. Antecipar esse cenário é parte do trabalho de preparação. Antes da diligência, o advogado criminal em Braga procura reunir o máximo de informação disponível: o NUIPC, a identificação do inspetor responsável, a natureza aparente da investigação. Com o cliente, revê documentos, mensagens, extratos bancários ou contratos que possam estar relacionados. Este trabalho não serve para construir versões, serve para que o cliente saiba exatamente o que viveu e não seja apanhado de surpresa por um pormenor que tinha esquecido.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Durante a diligência, o papel do advogado é acompanhar, intervir quando necessário e assegurar que os direitos do cliente são respeitados. Pode, por exemplo, pedir que fique registado em auto um esclarecimento importante, ou aconselhar uma pausa se a conversa tomar um rumo inesperado. Há ainda buscas e apreensões de equipamentos informáticos ou telemóveis, situações em que a legalidade dos procedimentos merece ser avaliada desde o primeiro momento. Depois da diligência, convém fazer um ponto de situação com o advogado: o que foi perguntado, que documentos foram mostrados, se houve constituição de arguido ou aplicação de termo de identidade e residência. Estas informações ajudam a perceber em que direção caminha a investigação e a preparar os passos seguintes. É também o momento de corrigir eventuais imprecisões, se algo ficou registado de forma incorreta no auto, através dos mecanismos que o processo permite. A QUOR Advogados tem escritório no centro de Braga, na Praça da República n.º 7, 3.º Andar. A equipa trabalha com linguagem clara e com acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado, do primeiro contacto ao fim do processo. A consulta inicial custa 70€, presencial ou por videochamada. Contacto: +351 939 709 https://escatter11.fullerton.edu/nfs/show_user.php?userid=10037223 888 ou info@quor.pt.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.